



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO
ESTADO DE MINAS GERAIS
Adm: 2017-2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Proc. licitatório nº. 022/2019.
Pregão Presencial nº. 013/2019.

O **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO**, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.316.273/0001-05, com sede á Rua Capitão Luiz Sette, 130, Centro, representado pela Prefeita Municipal, **Sra. Sônia Maria Untaler**, brasileira, residente e domiciliado nesta cidade, adiante denominado **MUNICÍPIO**, observados, o resultado do Pregão Presencial nº. 013/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, em conformidade com Lei nº 10520/02 e, subsidiariamente, com a Lei nº 8.666/93 e pelo Decreto 7.892/13, com as modificações introduzidas por leis posteriores, conforme consta do Processo Licitatório nº. 022/2019 firma a presente Ata de Registro de Preços, mediante as condições a seguir pactuadas:

Detentor do registro: LUCIANO DA PAIXÃO XAVIER EIRELI, inscrito no CNPJ nº. 07.240.791/0001-76, sediada na Avenida Abdalla Felício, nº. 369, Centro – Ponte Nova – MG, telefone (31) 3817 4554, representado pelo **Sr. Luciano da Paixão Xavier**, CPF nº. 023.954.036-01, RG: MG-10.434.758 SSP/MG.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Seleção de proposta para **Registro de Preços** para futuras e eventuais contratações de empresas para prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva nas motos, veículos e máquinas da frota do Município, compreendendo as marcas/fabricantes descritos no Anexo I deste edital, sendo possibilitado ao Município incluir ou excluir veículos a qualquer momento.

Os lotes: 01, 02, 03, 07, 08, 09, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 são exclusivos para participação de Microempresas ME, Empresas de Pequeno Porte EPP ou equiparadas.

Faz parte integrante desta Ata o Termo de Referência, independente de transcrição.

PREÇOS REGISTRADOS

Os preços das empresas classificadas encontram-se indicadas no quadro a seguir, de acordo com a classificação obtida no certame licitatório, observando a Proposta Comercial apresentada por cada uma das empresas classificadas:

Descrição	Un	Qtd.	Vlr Unit.	Vlr Total
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA LINHA RENAULT	SERVIÇO	300	R\$70,00	R\$21.000,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA LINHA VALTRA	SERVIÇO	300	R\$100,00	R\$30.000,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VEICULOS LINHA CHEVROLET	SERVIÇO	100	R\$65,00	R\$6.500,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VEICULOS LINHA FORD LEVE	SERVIÇO	100	R\$65,00	R\$6.500,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - SERVIÇOS DE	SERVIÇO	500	R\$120,00	R\$60.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Adm: 2017-2020

MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LINHA JHON DEERE				
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LINHA HONDA	SERVIÇO	100	R\$45,00	R\$4.500,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LINHA YAMAHA	SERVIÇO	700	R\$45,00	R\$31.500,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO VEÍCULOS LINHA FIAT LEVE	SERVIÇO	1.000	R\$65,00	R\$65.000,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO VEÍCULOS LINHA LS	SERVIÇO	700	R\$72,00	R\$50.400,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO VEÍCULOS LINHA MITSUBISHI	SERVIÇO	350	R\$71,00	R\$24.850,00

Valor total estimado: R\$300.250,00 (trezentos mil duzentos e cinquenta reais).

Dotação orçamentária: 201 – 03.04.122.0002.2.0010 – 00.01.00 – 33903900; 201 – 05.06.181.0002.2.0003 – 00.01.00 – 33903900; 202 – 02.12.122.0002.2.0020 – 00.01.01 – 33903900; 202 – 05.12.361.0003.2.0026 – 00.01.01 – 33903900; 205 – 02.10.301.0012.2.0078 – 00.01.02 – 33903900; 205 – 02.10.301.0012.2.0080 – 00.01.48 – 33903900; 206 – 01.08.244.0015.2.0087 – 00.01.00 – 33903900; 207 – 01.08.244.0013.2.0097 – 00.01.29 – 33903900; 208 – 01.26.782.0011.2.0115 – 00.01.00 – 33903900; 209 – 01.18.541.0016.2.0116 – 00.01.00 – 33903900; 206 – 02.08.243.0013.2.0088 – 00.02.00 – 33903900.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Homologado o resultado da licitação pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado, os fornecedores classificados serão convocados para assinar a ARP, e deverão fazer no prazo de 02 (dois) dias.

E facultado a Prefeitura, quando o convocado não assinar a ARP no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

O fornecedor da ARP será obrigado a tender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta.

O setor competente para receber e fiscalizar o objeto é a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, observados os artigos 73 a 76, da Lei Federal nº. 8.666/93.

O Município reserva-se no direito de não receber os produtos em desacordo com especificações constantes no objeto deste instrumento convocatório.

Caberá à(s) empresa(s) adjudicatária(s), no caso de defeitos, imperfeições, substituir de imediato o(s) serviço(s), às suas expensas, no prazo a ser determinado por este Município, sob pena de rescisão do contrato ou do termo equivalente e sem prejuízo das penalidades e sanções previstas neste instrumento convocatório, inclusive do disposto no § 2º do art. 64 da Lei Federal 8.666/93.

Salientamos que não serão aceitas ainda quaisquer formatações do teor oficial e, sempre que possível, os preços deverão ser visualizados nos catálogos eletrônicos. Todos os itens serão conferidos e analisados pelo setor requisitante para a devida aprovação, para o controle e fiscalização da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado, sendo condição da homologação do resultado. **O licitante considerado vencedor que não cumprir o exigido, ficará impedido de assinar o contrato.**

Todas as condições previstas no Projeto Básico, **Anexo I** deverão ser observadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Adm: 2017-2020

No preço deverão estar computados todos os custos diretos e indiretos, tributos, despesas fiscais, transporte, frete, ônus previdenciários e trabalhistas, seguro, demais encargos e acessórios, bem como a entrega do objeto na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado ou outro local que a Prefeitura indicar, dentro dos limites do Município.

A Proposta Comercial terá validade por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública do Pregão.

Toda a especificação do objeto licitado será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua proposta comercial.

A proposta e os lances, obrigatoriamente, consistirão na apresentação do valor homem/hora para a realização dos serviços.

É de responsabilidade do licitante vencedor, providenciar o transporte ou reboque dos veículos quando necessário, correndo ônus por conta da contratada, de modo que possibilite a remoção imediata do veículo defeituoso ou acidentado do local onde se encontre. O transporte do veículo defeituoso, até a oficina do licitante vencedor é de responsabilidade do licitante vencedor.

Os licitantes deverão possuir oficina bem estruturada, situada a um raio máximo de 80 (oitenta) km da sede do Município.

Não tem limite de quilometragem para os lotes (05, 06, 07, 16 e 18), por se tratar de máquinas. Pois os serviços deverão ser realizados na Garagem da Prefeitura.

O licitante deverá formular os lances referentes à integralidade do objeto licitado, não se admitindo propostas para prestação serviços parciais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

O fornecedor responderá por todo e qualquer dano provocado à Prefeitura Municipal, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela Prefeitura Municipal obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na presente ata.

Para os efeitos desta cláusula, dano significa todos e quaisquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela Prefeitura Municipal, decorrente do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente pelo Fornecedor, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela Prefeitura Municipal a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do Fornecedor for apresentada ou chegar ao conhecimento da Prefeitura Municipal, esta comunicará ao Fornecedor, por escrito, para que tome as providências necessárias à solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar a Prefeitura Municipal a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo Fornecedor não eximem de responsabilidades assumidas perante a Prefeitura Municipal, nos termos desta cláusula.

Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da Prefeitura Municipal, nos termos desta cláusula, deverão ser pagos pelo Fornecedor, independente do tempo em que ocorrerem, ou será objeto de ressarcimento a Prefeitura Municipal, mediante adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos do fornecedor;
- b) medida judicial apropriada, a critério da Prefeitura Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Adm: 2017-2020

CLÁUSULA QUARTA - DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS.

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo à Administração promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará os Fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Os Fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

A ordem de classificação dos Fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o Fornecedor não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura Municipal poderá:

- liberar o Fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
- convocar os demais Fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Os preços registrados poderão ser suspensos nos seguintes casos:

- a) quando o Fornecedor, convocado para a contratação, não apresentar documentação de habilitação regular nos termos do Edital: suspensão até a comprovação da regularização, se não for caso de reincidência;
- b) quando o Fornecedor, convocado para executar o objeto, não tiver condições de executá-lo parcial ou totalmente: suspensão de 90 (noventa) dias, contados da data da convocação, se não for o caso de reincidência e o Fornecedor tiver comunicado à Prefeitura Municipal em tempo hábil, os motivos da sua impossibilidade, permitindo a convocação do fornecedor seguinte.

O registro do fornecedor será cancelado quando:

- descumprir as condições da ata de registro de preços;
- não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, sem justificativa;
- não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

O cancelamento de registros será formalizado por meio de despacho, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Adm: 2017-2020

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

O cancelamento, pela Prefeitura Municipal, de preço registrado, será precedido de regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

A comunicação do cancelamento de preço registrado será formalizada pela Prefeitura Municipal, publicada no Órgão Oficial e divulgada no site www.santacruzdoescalvado.mg.gov.br juntando-se o comprovante nos autos do presente registro de preços.

CLÁUSULA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Santa Cruz do Escalvado, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato, bem como das demais cominações legais.

Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

a) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução dos serviços ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor da contratação, por ocorrência.

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual.

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese da Contratada, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Câmara Municipal, em face da menor gravidade do fato e mediante autorização da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado do pagamento devido pela Prefeitura Municipal ou poderá ser pago por meio de guias próprias, emitidas pela Prefeitura Municipal, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação para o pagamento.

As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

As multas e sanções previstas neste Edital não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a Contratada da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados à Prefeitura Municipal por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

As sanções previstas poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério do Prefeitura Municipal, se entender a justificativa apresentada pela Contratada como relevante.

CLÁUSULA SEXTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Adm: 2017-2020

O gerenciamento e fiscalização desta Ata serão realizados pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS COMUNICAÇÕES

As comunicações entre as partes contratadas, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 009/2019, seus anexos e a proposta dos fornecedores classificados no certame supranumerado.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal Lei nº 10520/02 e, subsidiariamente, com a Lei nº 8.666/93 e pelo Decreto 7.892/13, com as modificações introduzidas por leis posteriores. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Santa Cruz do Escalvado, 26 de junho de 2019.

Município de Santa Cruz do Escalvado
Sônia Maria Untaler

Luciano da Paixão Xavier Eireli
Luciano da Paixão Xavier

Testemunhas: -----